

9 - MARCO VINHOLI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

10 - PRESIDENTE ANALICE FERNANDES

Anota o pedido.

11 - MARCO VINHOLI

Pelo art. 82, dá conhecimento de questão de ordem elaborada pelo deputado Itamar Borges, que questiona a legalidade de congresso de comissões realizado ontem, nesta Casa, para exarar parecer sobre o PL 31/18.

12 - PRESIDENTE ANALICE FERNANDES

Suspende a sessão por conveniência da ordem às 15h12min, reabrindo-a às 15h12min. Convoca as seguintes reuniões conjuntas: das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, às 16 horas e 30 minutos; das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Administração Pública e Relações do Trabalho e de Finanças, Orçamento e Planejamento, a ter início cinco minutos após o término do congresso anterior; das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se cinco minutos após o encerramento da última reunião; das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se cinco minutos após o encerramento da última reunião. Desconvoca sessão extraordinária prevista para hoje às 19 horas. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 20/07, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Defero o pedido do deputado Marco Vinholi e levanta a sessão.

- Abre a sessão a Sra. Analice Fernandes.

A SRA. PRESIDENTE – ANALICE FERNANDES - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convindo o Sr. Deputado Cássio Navarro para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO – CÁSSIO NAVARRO – PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 19 horas, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

- Discussão e votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição no 01, de 2018, de autoria do nobre deputado Jorge Caruso e outros, que altera o Art. 175 da Constituição do Estado.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra a nobre deputada Márcia Lula Lia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Welson Gasparini.

O SR. WELSON GASPARINI - PSDB - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas: a minha decisão de não disputar a reeleição para deputado estadual e apoiar a pré-candidatura do meu filho, vereador Maurício Gasparini, também presidente do Parlamento Regional Metropolitano da Região Metropolitana de Ribeirão Preto, resultou de profundas reflexões das quais participaram meus familiares e amigos mais próximos. Ainda estou, com a graça de Deus, gozando de boa saúde, lúcido e com ânimo para enfrentar, além do deslocamento semanal até São Paulo, a jornada de audiências, reuniões e visitas a cidades onde sou votado, próprias de um parlamentar no pleno exercício de seu mandato.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas: fui vereador, prefeito de Ribeirão Preto por quatro vezes, deputado federal e já estou no meu terceiro mandato como deputado estadual. Estímulos e incentivos para disputar um quarto mandato não faltaram por parte de amigos e lideranças políticas da minha cidade e da região da qual me orgulho de ser representante. Tenho convicção de, nesses 63 anos de vida pública, ter sempre combatido o bom combate, sabendo respeitar meus adversários e jamais desconsiderando qualquer eleitor.

Definitivamente, pela primeira vez em muitos anos, vou participar de uma campanha não como candidato, mas sim como eleitor. Se escolhi Maurício Gasparini, não é simplesmente por ser meu filho, mas sim por ver nele as quatro qualidades básicas para um postulante de cargo público: é honesto, item fundamental; idealista; competente e corajoso nas suas decisões, conforme tem demonstrado no seu desempenho como vereador na Câmara Municipal de Ribeirão Preto.

Posso garantir que as cidades da região de Ribeirão Preto, pelas quais tenho uma atenção muito especial, poderão continuar tendo, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, um representante atento e empenhado em representá-las.

Em sua convenção estadual, no próximo dia 28, o PSDB, meu partido, deverá homologar, entre outras candidaturas, a de Maurício Gasparini, que terá, caso venha a ser eleito - e se Deus quiser, será - a responsabilidade de honrar não apenas o nome da família Gasparini, como igualmente a representatividade da própria Região Metropolitana de Ribeirão Preto.

Mesmo deixando de disputar um novo mandato parlamentar, não pretendo abdicar de minha cidadania e também dos compromissos que assumi nos últimos oito anos com cada uma das cidades das quais me tornei representante. Continuarei atuante, inclusive dando, quando solicitado, retaguarda e respaldo às eventuais iniciativas de interesse dessas comunidades com as quais construí uma sólida relação, muitas delas me honrando com títulos de cidadão honorário.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu gostaria de acrescentar ainda uma observação: em algumas redes sociais, há pessoas revoltadas contra os políticos em geral e contra a política. Principalmente, pedem por emails e mensagens de WhatsApp para as pessoas não votarem em nenhum político atual ou em nenhum filho ou parente de político. Isso é um absurdo! O que o eleitor tem de ver não é se o candidato é parente de político mas, sim, se é uma pessoa capacitada e tem um passado leal, justo e honesto para representar aquela comunidade.

Então, gostaria de chamar a atenção dos eleitores em geral: escolham bons candidatos. Aqueles que falam que nenhum político presta, certamente não acompanham a política. Todos os partidos - e eu repito muito isso aqui na Assembleia Legislativa - têm gente boa e têm gente que não presta, assim como entre os eleitores: tem gente boa e gente à toa.

Então, o que é preciso, nessa próxima eleição, é votarmos corretamente. É importante o eleitorado não se omitir, deixando de votar, votando em branco ou anulando o seu voto. Escolha um bom candidato, faça uma comparação. Escolha o melhor. Não há outro jeito de funcionar a democracia a não ser por meio do voto e das autoridades legitimamente eleitas.

Faço um apelo: vamos participar da próxima eleição. Tenho a certeza de que os eleitos, se forem bem escolhidos, saberão corresponder ao voto recebido!

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta Presidência, atendendo solicitação do nobre deputado Marco Vinholi, cancela a sessão solene convocada para o dia 10 de agosto de 2018, às 10 horas, com a finalidade de comemorar o Dia do Estudante.

Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. O SR. CORONEL CAMILO - PSD - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sra. Presidente, nobres deputados, assessores e telespectadores da TV Assembleia. Vamos falar um pouquinho sobre carências da nossa sociedade, um pouco na linha do que falou o nosso professor Welson Gasparini.

Hoje, pela manhã, participei de uma solenidade em comemoração à Revolução de 32 e uma homenagem do Camp - Centro de Aprendizagem e Melhoramento Profissional, da Associação Comercial de São Paulo. Lá se desenvolvem os jovens, para que entrem no mercado de trabalho. Trouxe algumas fotos, fui homenageado também.

Telespectadores da TV Assembleia, precisamos desenvolver os valores na nossa sociedade. Hoje pela manhã estive no Camp. Pedi aos nobres deputados que apoiem, que transformem em utilidade pública. Lá se trabalha com os jovens, para que eles possam ingressar no mercado de trabalho. Internalizam-se valores nesses jovens. Valores éticos, valores morais, valores de cidadania.

E para essa finalidade, fizemos um projeto, que se chama Programa de Lições de Ética e Cidadania, para ser desenvolvido nas escolas do estado de São Paulo, à semelhança do que é o Proerd - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, da Polícia Militar.

É um espaço no ano letivo, onde o professor, seja um policial, seja um professor civil, fale, pelo menos umas 10 horas/aula sobre ética, sobre moral, sobre civismo, sobre liberdade e responsabilidade, sobre direitos e deveres, sem desatrelar esses conceitos, ou seja, falar sobre respeito, sobre o bem comum, sobre cada um fazer a sua parte, independente se está sendo fiscalizado ou não, ou seja, exercer, de fato, a cidadania.

Esse programa está para ser votado aqui nesta Casa e se transformar num programa do estado de São Paulo. A partir daí, teremos, então, o retorno da discussão dos valores dentro da sala de aula, coisa que existia no regime militar, que muitos criticavam, falavam que era do regime militar, e não era.

Isso foi criado lá em 1940, pelo então presidente Getúlio Vargas, para discutir valores dentro da sala de aula. Então, é muito importante trabalharmos nos valores. Esse projeto vem preencher essa lacuna.

Não adianta falarmos que dentro da sala de aula estamos discutindo valores. Isso não está acontecendo. Existia uma disciplina, no passado, chamada Educação Moral e Cívica, para o Ensino Fundamental. No Ensino Médio havia uma outra disciplina, chamada OSPB - Organização Social e Política Brasileira, onde se discutiam valores. Isso foi retirado, e nada entrou para substituir isso.

Hoje falta, nós carecemos discutir valores dentro da sala de aula, mostrar para esse jovem que ele vive numa sociedade, e essa sociedade tem regras, que ele tem muitos direitos, mas tem deveres a cumprir. Que ele tem liberdade para fazer o que ele quiser, mas ele tem que ter a responsabilidade por seus atos.

Tenho certeza de que aí teremos uma sociedade melhor, com um cidadão mais bem formado, com valores, e que trabalhe na nossa sociedade pelo engrandecimento de todos, que trabalhe pelo bem comum.

Muito obrigado, Sra. Presidente. Boa tarde a todos. A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Ed Thomas.

O SR. ED THOMAS - PSB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, cidadãos da cidade de São Paulo, nas galerias, telespectadores da TV Assembleia, funcionários da Assembleia Legislativa, meu respeito e minha gratidão, sempre o meu muito obrigado. Assumo à tribuna, neste Pequeno Expediente, para tratar aqui de assuntos sempre grandes e de muita relevância, para melhorar a vida das pessoas.

Agradeço ao governador Márcio França, muito em breve fazer um convite muito especial a todos os deputados e, em especial, a todos os municípios do estado de São Paulo que tenham presídios. Ou seja, nós temos uma população carcerária, quem sabe uma das maiores do planeta. Claro que tudo isso é muito da ausência dos governos, seja ele da União, do estado e também do município. Nós temos presídios superlotados. E eu, em particular, venho falar da região de onde venho, onde tenho muito orgulho de morar e muito orgulho de viver, que é a Região do Oeste Paulista que, com certeza, dentro do estado de São Paulo, foi a região que mais impacto recebeu dos presídios.

São Paulo tinha o Carandiru, hoje um grande parque, e a cidade e as pessoas merecem. Mas, as filiais do Carandiru foram para o interior.

Na minha região nós temos quase que 30 presídios numa região onde tem 54 municípios; praticamente mais da metade tem presídios instalados, colocando a minha região como a solução do sistema carcerário da Capital, São Paulo e de outros municípios. Temos 645 municípios no estado de São Paulo, e alguns deles é que acabam absorvendo todo o sistema carcerário, que é lógico que é ruim.

Mas, há um problema maior ainda. Cidades impactadas e que recebem presídios, no caso de Presidente Venceslau, o município tem dois presídios, no caso de Presidente Bernardes também tem dois presídios sendo que um deles é de segurança máxima. É claro que as notícias quando vêm são dessa forma; mas é uma região produtora.

A Região do Oeste Paulista é a capital do shoyu, capital da semente de pastagem, do álcool, do açúcar. Mas as notícias boas são de obrigação e as ruins, são para lamentação.

E daí? Daí que esses municípios acabam absorvendo toda a dificuldade de Saúde que o País vive. O Brasil é um país que rouba, principalmente, a Saúde, onde há desvios de recursos por agentes públicos. O grande pecado é a existência de gente, infelizmente, escrota que usa a política, ou que entrou para usá-la, ou foi usado pela política ruim para desviar recursos por meio de manobras escusas. E é claro que num atendimento de Saúde - para que as pessoas tomem ciência - o cidadão comum, o trabalhador que estiver num banco esperando por atendimento numa Santa Casa, ou em um hospital, ou ainda num pronto atendimento, na chegada de um preso a prioridade é o preso; ele tem que ser atendido assim que dá entrada, e esse cidadão fica para ser atendido depois; não que não deva ser assim. Pelo contrário, temos que tratar a todos como seres humanos que realmente são acima de tudo.

Porém, toda essa carga acaba ficando para quem? Para o município. A verdade é que tudo está para o município. A União pouco repassa, o Estado age da mesma forma e a responsabilidade acaba ficando para as Santas Casas, dos hospitais desses municípios para que os senhores prefeitos possam gerenciar mais essa problemática. Onde é que eu quero chegar? Que em 2009 nós apresentamos um projeto de compensação de ICMS às cidades impactadas por presídios; não foi votado, como tantos outros projetos desta Casa. Para conseguir aprovar um projeto você tem que fazer um lobby muito grande. Para alguns as coisas acontecem com uma rapidez tão grande, e para outros numa demora constante.

Fizemos um pedido ao governador Márcio França e ele atendeu, quando enviou para esta Casa, há mais ou menos dez dias, o Projeto de lei nº 341, de 2018, revertendo uma parte a mais de ICMS para as cidades que são impactadas por presídios, pra que esses municípios, acima de tudo, possam atender tanto quem está encarcerado, mas o cidadão de bem - não posso chamar o cidadão de bem só porque esteja em liberdade, porque os dias que estamos vivendo é simples assim: cidadãos de bem presos e bandidos soltos. Infelizmente é isso. Mas fica aqui um agradecimento por esse envio. Eu já peço a ajuda de todos os deputados, e sei que todos são interessados nesse projeto, para que esse repasse de ICMS aos municípios impactados por presídio possa melhorar a vida das pessoas. É é claro que vamos buscar, através de uma audiência pública, junto com os prefeitos, com os deputados e deputadas desta Casa, discutir, para que coloquemos em votação e possamos, com certeza, fazer justiça a esses municípios que absorvem todo um sistema carcerário de todo um estado, e muitos de outros estados também no estado de São Paulo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins.

O SR. MARCOS LULA MARTINS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, público presente, aqueles que nos acompanham pelo Serviço de Som da Casa, estive ouvindo um pouco as discussões e certamente teremos dificuldade de votar projeto, hoje, dada a dificuldade de presença de deputados.

Este mês foi tenso, esta semana mais tensa ainda, com projetos de relevância, um debate muito grande com relação ao transporte de animais, tudo bem tenso e dividido, interesses os mais variados em jogo. Aprovamos um projeto que foi retirado de pauta, sobre as enfermeiras, que desde a Comissão de Saúde tivemos muita dificuldade - V. Exa. lembra -, até para passar os requerimentos foi difícil. Agora é outro governador, então é outra realidade. Mas esse quadro certamente continua.

Quais os outros problemas que ainda não foram resolvidos? Não votamos a LDO, que dá a diretriz para o Orçamento Anual. Teríamos que ter votado a LDO até o final de junho, mas nós tivemos consenso e não prosperou um entendimento. Portanto não entramos em recesso. Mas espero que alguma coisa aconteça, que se decida alguma coisa, mas temos uma dificuldade muito grande com relação ao quórum, até nas reuniões de comissões.

Gostaria ainda de falar sobre um artigo da revista "Carta Capital", que foi matéria de capa, "O príncipe canavieiro e sua corte". O artigo trata de Fernando Henrique e de suas relações ao seu grupo e aos seus monopólios, suas riquezas, "compranças" de fazendas, etc. Aqui está ele montado em um cavalo que reflete as relações dele, as ligações, inclusive envolvendo com a Odebrecht, que está na Lava Jato e que até agora está incólume. Será que a Justiça neste País, os Supremos, todo esse quadro, continuará tratando diferente uns políticos dos outros?

No estado de São Paulo, já sabemos como que está: metrô, trem, denúncias as mais variadas e o Estado com insegurança generalizada. E nós esperamos que a grande mídia também... Porque poucas revistas que têm uma certa independência para tratar de um assunto como esse e com a importância que é para o povo brasileiro sempre camuflado pela grande imprensa. Mas fica a nossa expectativa de que hoje esperamos que compareçam mais deputados e possamos deliberar aqui, mas será uma sessão com muita dificuldade de deliberações.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos por dez minutos.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Carlão Pignatari e suspende a sessão por dez minutos.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 15 horas e 06 minutos, a sessão é reaberta às 15 horas e 10 minutos, sob a Presidência da Sra. Analice Fernandes.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Sra. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão, após a minha fala pelo Art. 82.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Marco Vinholi pelo Art. 82.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa, vou falar de forma rápida aqui.

O deputado Itamar Borges pediu que eu trouxesse ao conhecimento da Casa duas Questões de Ordem referentes ao Congresso de Comissões de ontem.

Nos termos dos Art. 260 e 261 do Regimento Interno, a sessão poderá ser suspensa por conveniência da ordem, acordo de lideranças ou falta de quórum. Ocorre que, diante do ocorrido ontem, ele apresenta o seguinte questionamento: que seja verificado nas gravações da reunião se o pedido de constatação de quórum foi anterior ao pedido de suspensão da reunião. Providências para tornar nulo o Congresso de Comissões e suspensão da tramitação do Projeto de lei 31.

Segunda Questão de Ordem: questionando, pelo deputado Itamar Borges, sobre o término da leitura do voto dele em separado. O voto em separado deveria ter sido lido na íntegra. De forma arbitrária, foi considerado como lido pelo designado presidente, sem que a mesa submetesse tal decisão à aprovação, infringindo o Regimento Interno.

Ele pede, então, que seja anulada a reunião e, que enquanto não houver resposta, o Projeto 31 seja suspenso.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - É estranha a atitude do deputado Itamar Borges de apresentar essa Questão de Ordem ao líder do PSDB.

Esta deputada, na Presidência, recebe a Questão de Ordem do nobre deputado.

Está suspensa a sessão por dois minutos.

- Suspensa às 15 horas e 12 minutos, a sessão é reaberta às 15 horas e 12 minutos, sob a Presidência da Sra. Analice Fernandes.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, convocação:

Nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea "D", combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Finanças, Orçamento e Planejamento a realizar-se hoje, às 16 horas e 30 minutos, no plenário Dom Pedro I, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 31, de 2018.

Nos mesmos termos convoco reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Administração Pública e Relações do Trabalho e de Finanças, Orçamento e Planejamento a realizar-se cinco minutos após a última convocação, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 347, de 2018.

Nos mesmos termos convoco reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento a realizar-se cinco minutos após o término da última reunião, com a finalidade de apreciar o o veto ao Projeto de lei nº 367, de 2018.

Nos termos do Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento a realizar-se na terça-feira, dia 24 de julho, às 19 horas e 15 minutos, no Plenário D. Pedro I, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 31, de 2018.

Nos mesmos termos, convoco reunião conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, da Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho e da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento a realizar-se na terça-feira, dia 24 de julho, cinco minutos após o término da última reunião convocada, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 347, de 2018.

Nos mesmos termos, convoco reunião conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento a realizar-se na terça-feira, dia 24 de julho, cinco minutos após o término da última reunião convocada, com a finalidade de apreciar o veto ao Projeto de lei nº 367, de 2018.

Esta Presidência desconvoca a sessão extraordinária que se daria no dia de hoje, às 19 horas.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 16 minutos.

20 DE JULHO DE 2018 102ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CORONEL TELHADA e CORONEL CAMILO
Secretaria: CEZINHA DE MADUREIRA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CARLOS GIANNAZI

Apela ao governo estadual para que este faça a chamada de candidatos aprovados em diferentes concursos públicos. Atribui a paralisação das contratações a decreto do ex-governador Geraldo Alckmin. Ressalta que vários setores, em especial o da Educação, têm seu funcionamento prejudicado pela falta de servidores.

3 - CEZINHA DE MADUREIRA

Tece reflexões inspiradas pelo Dia do Amigo. Discorre sobre lei, de sua autoria, que torna obrigatório o cadastramento de compradores de chip de telefonia celular. Lamenta que o Executivo não tenha ainda regulamentado a norma, que, consequentemente, não é cumprida. Crítica o governo estadual, por, com frequência, vetar projetos de parlamentares.

4 - CORONEL CAMILO

Assume a Presidência. Concorde com o pronunciamento do deputado Cezinha de Madureira.

5 - CEZINHA DE MADUREIRA

Para comunicação, argumenta que o cumprimento da lei citada anteriormente cobriria a prática de vários crimes.

6 - CORONEL TELHADA

Homenageia Santos Dumont, nascido nesta data, em 1873. Defende-se de críticas feitas ao seu trabalho. Menciona estatísticas referentes ao número de mortes de agentes da Segurança no Rio de Janeiro. Tece comentários sobre a violência no Brasil. Avalia que o Poder Público tem falhado em solucionar os problemas que atingem o País.

7 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência.

8 - CORONEL CAMILO

Defende a mudança efetiva de atitudes para que o País possa ser transformado. Faz considerações acerca da importância de a população participar ativamente da política. Incentiva os cidadãos a votar com consciência, escolhendo candidatos que defendam os seus valores. Cita declaração de Martin Luther King.

9 - CARLOS GIANNAZI

Cobra do governo estadual uma solução para as condições a que são submetidos os professores categoria "O". Alude a projeto de lei, de sua autoria, que elimina a interrupção do contrato destes profissionais. Exige que o Executivo obedeça a decisão judicial, que trata de reajuste a ser concedido ao magistério. Crítica a política de desoneração fiscal praticada pelo estado de São Paulo. Menciona e pede o apoio dos seus pares a projetos de lei que respondem a demandas de servidores do Poder Judiciário. Defende proposição que reduz a jornada de trabalho dos enfermeiros.

10 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

11 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA

Defero o pedido. Dá conhecimento de providências que a Polícia Militar tomará para enfrentar a criminalidade no interior do estado. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 23/07, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

O SR. PRESIDENTE – CORONEL TELHADA - PP - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convindo o Sr. Deputado Cezinha de Madureira para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO – CEZINHA DE MADUREIRA – PSD - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, eu quero fazer um apelo novamente, porque eu já fiz esse apelo ao governo do estado, à Secretaria da Educação.

Renovo então o nosso apelo, e a nossa exigência, em relação à chamada de professoras que foram aprovadas no concurso de PEB I, na área do Ensino Fundamental da Rede Estadual de Ensino. Temos muitas vagas, muitas escolas, inclusive, com falta até de professores, e no entanto o governo estadual não está fazendo a chamada dessas professoras que foram aprovadas, o que é um verdadeiro absurdo.

